

Ata da 10ª (Décima) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Várzea – PB, referente ao 2º (Segundo) Período Legislativo de 2025 (dois mil vinte e cinco).

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de Setembro do corrente ano, às 19h:00min (dezenove) horas reuniu-se em Sessão Ordinária na Câmara Municipal de Várzea – PB, sob a Presidência do Exmo. Sr. Francisco Lindeildo de Araújo, na presença do Primeiro Secretário Sr. Vereador João Victor Medeiros do Nascimento, do Segundo Secretário Sr. Vereador José Zimar Fernandes, do Primeiro Vice-Presidente Sr. Vereador Getúlio Hermínio da Silva e dos demais Srs. Vereadores: Carlos Antônio de Medeiros, Carlos Henrique Lopes de Melo, João Martins de Medeiros Júnior, Márcia Lúcia de Souza Lima e Vagner Araújo de Sousa. Havendo número legal, o Exmo. Sr. Presidente saúda a todos os presentes e em seguida, em nome de Deus, do Padroeiro São Francisco e do Povo de Várzea, declara aberta a 10ª (décima) Sessão Ordinária do 2º (Segundo) Período Legislativo. Prosseguindo o Presidente fez a leitura da ordem do dia que constava o seguinte na pauta: **REQUERIMENTO Nº 056.2/2025 – SUMÁRIO:** Proposição de Homenagem ao Odontólogo José Alviano da Nóbrega; **REQUERIMENTO Nº 057.2/2025 – SUMÁRIO:** Solicitação de Implantação do Programa PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e a violência, nas escolas da rede municipal de ensino; **REQUERIMENTO Nº 058.2/2025 – SUMÁRIO:** Solicita ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER a implantação de guard-rail na Rodovia Anísio Marinho, no município de Várzea; **REQUERIMENTO Nº 059.2/2025 – SUMÁRIO:** Solicita do Poder Executivo Municipal de Várzea-PB, em parceria com a Secretaria de Educação, a instalação de um aparelho de ar-condicionado e de um exaustor na cozinha da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (EMEIF) Sandoval Rubens de Figueiredo; **MOÇÃO DE APLAUSOS E RECONHECIMENTO Nº 004.2/2025 – à Juraci Palmeira de Oliveira.** O Presidente Francisco Lindeildo solicitou que o Primeiro Secretário, vereador João Victor, realizasse a leitura do **REQUERIMENTO Nº 056.2/2025 – SUMÁRIO:** Proposição de Homenagem ao Odontólogo José Alviano da Nóbrega. O Segundo Secretário, vereador José Zimar, coordenou o período de discussão. A vereadora Márcia saudou a todos e iniciou sua fala homenageando o senhor Dudé, expressando o desejo de que ele tivesse sido homenageado ainda em vida, assim como outros cidadãos que, apesar de terem contribuído muito para a história de Várzea, permanecem no anonimato público. Em seguida, destacou a importância de Dudé para a saúde do município, citando que o doutor, ao lado de nomes como sua mãe, Sr. Marlito, Sra. Fátima Lima, sua tia Dourinha, Sra. Marluce de Chico Leodon e Dra. Graça, participou da implantação do Centro de Saúde de Várzea em 16 (dezesesseis) de dezembro de 1976 (mil novecentos e setenta e seis).

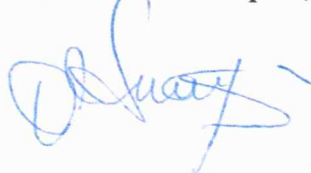
Seguidamente, informou que, após iniciarem como serviço temporário, eles foram formalmente nomeados em 1º (primeiro) de janeiro de 1980 (mil novecentos e oitenta) e permaneceram servindo o município até se aposentarem. Também mencionou que Dudé era casado com a Dra. Graça, que também é filha da cidade e cuja família tem grande participação na história de Várzea. Por considerar a homenagem justa, apresentou a propositura, manifestando a certeza de que todos os parlamentares apoiarão o reconhecimento a Dudé. O presidente Francisco Lindeildo destacou que o servidor Dudé iniciou seus trabalhos na área de odontologia da saúde municipal em circunstâncias atípicas. Rememorou que, a princípio, Dudé precisou usar uma cadeira de barbeiro em vez de uma cadeira odontológica adequada, mas mesmo assim, prestou seu serviço com dedicação e habilidade. Mencionou também que dos servidores citados pela vereadora, que iniciaram o trabalho no Centro de Saúde em 1976 (mil novecentos e setenta e seis), o único que ainda está na ativa é José Marlito Amaral; todos os outros, incluindo Dudé (já falecido), estão aposentados. A vereadora Márcia solicitou a palavra, e dirigindo-se ao líder do governo, o vereador Carlos Antônio, solicitou ao Poder Executivo que, além da homenagem formal, sejam tomadas medidas para eternizar a memória de Dudé. Seu pedido específico foi para que uma placa com o nome dele seja fixada no local onde ele trabalhou (o posto de saúde), acompanhada de uma foto e uma breve história, para que as novas gerações de Várzea possam conhecer a contribuição daqueles que ajudaram a construir o município. O Presidente Francisco Lindeildo acrescentou uma informação sobre o homenageado lembrando que ele não era apenas dentista, mas também professor de inglês. Dando prosseguimento a sessão colocou o REQUERIMENTO Nº 056.2/2025 em votação onde foi aprovado por 9 (nove) pares presentes nessa sessão ordinária. Em seguida, solicitou que o Primeiro Secretário, vereador João Victor, realizasse a leitura do REQUERIMENTO Nº 057.2/2025 – SUMÁRIO: Solicitação de Implantação do Programa PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e a violência, nas escolas da rede municipal de ensino. O Segundo Secretário, vereador José Zimar, coordenou o período de discussão. A vereadora Márcia saudou a todos novamente e iniciou suas colocações com dados alarmantes sobre a violência nas escolas. Citou que, nos últimos dez anos, a violência nas escolas brasileiras aumentou 250% (duzentos e cinquenta por cento), e que 32% (trinta e dois por cento) das escolas lidam com a presença de drogas lícitas e ilícitas. Mencionou também que, em 2015 (dois mil e quinze), a Paraíba já ocupava o primeiro lugar em índice de usuários de drogas até o 9º (nono) ano, segundo o IPEA. Logo após, argumentou que essa violência está diretamente ligada ao uso de drogas e que a educação é a porta de entrada para um futuro melhor, sendo crucial para combater esse problema social. Classificou a escola como a "segunda casa" de crianças e adolescentes, e que, portanto, precisa ser um ambiente saudável, capaz de prevenir ou minimizar a presença de entorpecentes. Diante desse cenário, solicitou ao Poder Executivo a urgente

reimplantação do Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) no município. Lembrou que o programa já foi iniciado em Várzea em 2010 (dois mil e dez), mas não teve continuidade. Finalizou ressaltando que o Proerd é um programa "riquíssimo" e de sucesso em outros estados, e que sua volta ajudará na promoção e prevenção contra a entrada de drogas nas escolas da cidade. O presidente Francisco Lindeildo informou a todos que o Conselho Municipal de Segurança Pública foi criado em Várzea. Logo após, destacou que essa criação é o passo inicial para a aplicação de programas de segurança que possam atuar no combate à violência e às drogas, inclusive nas escolas. Mencionou que a criação do conselho está sendo feita em coordenação com o Ministério Público e envolve a participação de várias instituições de segurança, como a Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal. Por fim, declarou que suas colocações foram para indicar que a gestão já está criando a estrutura formal para implementar ações como o Proerd. Dando prosseguimento a sessão colocou o REQUERIMENTO Nº 057.2/2025 em votação onde foi aprovado por 9 (nove) pares presentes nessa sessão ordinária. Em seguida, solicitou que o Primeiro Secretário, vereador João Victor, realizasse a leitura do REQUERIMENTO Nº 058.2/2025 – SUMÁRIO: Solicita ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER a implantação de guard-rail na Rodovia Anísio Marinho, no município de Várzea. O Segundo Secretário, vereador José Zimar, coordenou o período de discussão. O vereador João Martins saudou a todos e iniciou suas colocações justificando o pedido com base em conversas com pais e mães que frequentam a Praça popularmente conhecida como Praça do Esporte. Em seguida, informou que mora próximo ao local e relatou que já testemunhou caminhões estourando pneus na região. Destacou que a área tem um grande fluxo de crianças, pais e mães e, por uma questão de segurança e zelo, é fundamental instalar a proteção na margem da Rodovia Anísio Marinho, no trecho que vai do portal até o posto de gasolina. Concluiu solicitando a aprovação de seus pares para que o DER possa realizar o estudo e a implantação da proteção o mais breve possível. Dando prosseguimento a sessão, o Presidente Francisco Lindeildo colocou o REQUERIMENTO Nº 058.2/2025 em votação onde foi aprovado por 9 (nove) pares presentes nessa sessão ordinária. Em seguida, solicitou que o Primeiro Secretário, vereador João Victor, realizasse a leitura do REQUERIMENTO Nº 059.2/2025 – SUMÁRIO: Solicita do Poder Executivo Municipal de Várzea-PB, em parceria com a Secretaria de Educação, a instalação de um aparelho de ar-condicionado e de um exaustor na cozinha da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (EMEIF) Sandoval Rubens de Figueiredo. O Segundo Secretário, vereador José Zimar, coordenou o período de discussão. O vereador Getúlio saudou a todos e de início explicou que, ao visitar o local, notou que a temperatura da cozinha estava "acima do normal" devido ao vapor. Ao conversar com os funcionários, relataram que a cozinha é uma área fechada onde se trabalha com fogo e produtos quentes (como o fogão industrial e o botijão de gás), gerando muito estresse e a necessidade de sair para respirar ar fresco. Logo após, destacou que

a solução ideal não é apenas um ar-condicionado, mas sim a instalação de um exaustor para remover o ar quente, mantendo apenas o ar frio. Reforçou que essas precauções são essenciais para garantir um ambiente de trabalho adequado e seguro, que dê conforto e mais motivação aos funcionários que lidam com alimentos e fogo em um espaço pequeno. Finalizou solicitando que a secretária de educação e a gestão avaliem urgentemente a situação. Dando prosseguimento a sessão, o Presidente Francisco Lindeildo colocou o REQUERIMENTO Nº 059.2/2025 em votação onde foi aprovado por 9 (nove) pares presentes nessa sessão ordinária. Em seguida, solicitou que o Primeiro Secretário, vereador João Victor, realizasse a leitura da MOÇÃO DE APLAUSOS E RECONHECIMENTO Nº 004.2/2025 – à Juraci Palmeira de Oliveira. A vereadora Márcia saudou a todos novamente e iniciou seu discurso destacando o longo histórico de Didi como funcionário público, que marcou a infância, adolescência e vida adulta de muitos cidadãos. Ressaltou que ele não só prestou serviços no ginásio, mas também atuou como voluntário em diversas frentes na sociedade, como: Ornamentação de festas juninas e festas de padroeiro; Auxílio voluntário na igreja por muitos anos; Cuidando de crianças para que os pais pudessem jogar bola. Em seguida, classificou Didi como uma pessoa digna de homenagem, por ser um exemplo de funcionário público, pai de família e homem de bem. Reforçou que ele representa muitos homens e mulheres que construíram a história de Várzea com dignidade e honradez, sem depender de berço político ou boas condições financeiras. Concluiu trazendo à tona o histórico de dedicação de sua família, mencionando que o pai de Didi muitas vezes dormia no hospital municipal para cuidar de pessoas, um legado que o homenageado honra. Expressou sua gratidão em nome da Câmara e manifestou a certeza de que todos os pares aprovariam a homenagem. O presidente Francisco Lindeildo encerrou a homenagem ao servidor Juraci (Didi) desejando-lhe paz, saúde e um merecido descanso após sua aposentadoria. Reiterou as palavras da vereadora Márcia, reconhecendo que Juraci prestou serviços essenciais em diversas atividades que o município necessitava, honrando o papel de um bom servidor público. Dando prosseguimento a sessão, colocou a MOÇÃO DE APLAUSOS E RECONHECIMENTO Nº 004/2025 em votação onde foi aprovado por 9 (nove) pares presentes nessa sessão ordinária. Em seguida, anunciou a presença da assessora jurídica da prefeitura, Dra. Pollyanna, do contador Raniere Dóia, e do secretário de tesouraria Breno Rubens. Destacou a presença do secretário Breno, em particular, pois o vereador Carlos Henrique havia solicitado sua convocação em sessões anteriores. Logo após, afirmou que as explanações seriam feitas seguindo a ordem do cadastro. Reafirmou, em seguida, o compromisso da Câmara de realizar as cobranças e buscar os esclarecimentos necessários como representantes do povo. Seguidamente, solicitou que o Segundo Secretário José Zimar coordenasse o período das informações gerais. O vereador Carlos Henrique solicitou a palavra e pediu ao presidente a presença do secretário Breno, pois gostaria de dirigir a palavra ele. O presidente Francisco Lindeildo

propôs uma ordem de apresentações para otimizar o tempo e a clareza. Informou que, atendendo à solicitação do vereador e considerando os comentários feitos nas redes sociais, organizaria a pauta da seguinte forma: primeiro o contador Raniere faria os esclarecimentos técnicos, em seguida a assessora jurídica, e, por fim, o secretário Breno seria chamado. Finalizou solicitando a presença do Dr. Raniere para iniciar os esclarecimentos sobre fatos da gestão. O vereador Carlos Henrique interveio novamente, insistindo em sua solicitação original. Argumentou que, como foi o próprio quem convocou o secretário Breno, ninguém sabia qual seria o tema de sua cobrança. Concordou que o contador e as advogadas poderiam auxiliar nos esclarecimentos, mas reafirmou seu desejo de iniciar a conversa com o secretário. O presidente Francisco Lindeildo, por sua vez, manteve a ordem proposta, mas procurou justificar sua decisão. Destacou a Carlos Henrique que já haviam conversado sobre a convocação e que ele estava ciente do motivo do chamado, inclusive dos comentários feitos pelo vereador nas redes sociais. No entanto, explicou que, para garantir a clareza sobre o assunto em questão, manteria a ordem de apresentações: primeiro o contador Raniere, depois a assessora jurídica, e, por fim, o secretário Breno. Assegurou que, ao final das explanações, Carlos Henrique teria a oportunidade de intervir. O vereador Carlos Henrique interveio mais uma vez, recusando-se a aceitar a ordem de explanações proposta pelo presidente. Insistiu que o assunto que o mesmo pretendia abordar era diretamente com o secretário e não com o contador ou a advogada. O presidente Francisco Lindeildo, por sua vez, manteve a decisão já tomada, mas assegurou ao vereador que ele teria seu espaço. Por fim, pediu a compreensão de Carlos Henrique e dos demais membros da Câmara, e então solicitou a presença do contador Raniere para iniciar as explanações. O Contador Municipal, Raniere Dóia, saudou a todos novamente e iniciou sua explanação abordando as denúncias que circularam nas redes sociais e na imprensa, as quais acusavam o tesoureiro Breno de "desfalque" na prefeitura. Em seguida, classificou a palavra "desfalque" como "muito forte" e sem base nos fatos. Explicou detalhadamente o que ocorreu: houve um problema financeiro em que ele constatou pagamentos não autorizados de cerca de R\$ 400 mil (quatrocentos mil reais) de uma conta (FPM) e mais de R\$ 300 mil (trezentos mil reais) de outra (ICMS). Ao ligar para a superintendência do Banco do Brasil em João Pessoa, foi informada a possibilidade de fraude. A prefeitura, seguindo a orientação do conselheiro Nominando Diniz do Tribunal de Contas, acionou imediatamente a Polícia Civil, a Polícia Federal e o Ministério Público. Seguidamente, garantiu que um desfalque interno seria impossível no setor público, pois qualquer transferência acima de R\$ 20.000 (vinte mil reais) exige autorização de gerentes do Banco do Brasil, além das assinaturas eletrônicas do prefeito e do tesoureiro. Como os pagamentos suspeitos ocorreram sem essa autorização, o próprio Banco do Brasil constatou a fraude, estornou os valores e os registrou nos extratos de julho como "Crédito devolvido por fraude". Informou que a Polícia Civil está investigando o caso, uma vez que a Polícia Federal se isentou por se tratar de

recurso municipal. Além disso, o município entrará com uma ação judicial contra o Banco do Brasil pela falha de segurança. Finalizou defendendo o caráter do tesoureiro Breno, que, apesar de ser um profissional jovem, é extremamente responsável, busca sempre a orientação da contabilidade e demonstrou honestidade ao lidar com a situação. Em seguida, concluiu que o fato foi uma fraude financeira externa e que a prefeitura agiu de forma correta e transparente. O vereador Carlos Henrique iniciou sua fala, reiterando que sua intenção era questionar diretamente o secretário, e não o contador, a quem cumprimentou e expressou grande respeito. Enfatizou que sua interpelação era um exercício da função primordial do vereador: fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. Logo após, explicou que, após circular na cidade a notícia de um saque por *hackers* na prefeitura – o que gerou grande preocupação – era obrigação dos legisladores buscarem esclarecimentos. Afirmou que em momento algum acusou o tesoureiro Breno, cuja integridade conhece e respeita há anos. No entanto, o fato de ter ocorrido um saque de valores altos exigia transparência para a população. Em seguida, confirmou que acompanhou todo o caso e que, em seu entendimento, o gestor e o tesoureiro tomaram as ações corretas ao denunciar o ocorrido ao Tribunal de Contas, à Polícia Civil e à Polícia Federal. Citou que o Banco do Brasil reconheceu e estornou o primeiro saque de quase R\$ 800 mil (oitocentos mil reais) em fevereiro. Contudo, manifestou sua preocupação com um segundo incidente. Relatou que o relatório do Tribunal de Contas aponta três novos saques em abril, totalizando mais de R\$ 500 mil (quinhentos mil reais), em contas diferentes. Ressaltou que a sua preocupação é saber o que foi feito para estancar as fraudes e evitar que novos saques ocorram dali a dois meses. Concluiu que a Câmara não está ali para acusar, mas para exigir esclarecimentos e proteger o patrimônio público, dada a fragilidade financeira de um município com repasses pequenos. Indagou que, no final, a situação se tornou uma "tempestade em copo d'água", mas que a presença do secretário e do contador foi fundamental para tranquilizar a população. O presidente Francisco Lindeildo iniciou a réplica, reforçando a importância do debate e afirmando que a gestão agiu corretamente ao trazer as informações à Câmara para desfazer os rumores e mostrar a real apuração dos fatos. O Contador Raniere Leite Dória complementou a informação do vereador Carlos Henrique, esclarecendo que as transferências fraudulentas foram direcionadas a empresas no Paraná que não tinham qualquer ligação com a prefeitura ou com qualquer pessoa do município. Explicou que o Banco do Brasil solicitou sigilo sobre o caso justamente para proteger a investigação. E explanou que a divulgação de detalhes poderia atrapalhar o processo e impedir a identificação dos responsáveis por essa fraude, que já foi constatada pelo próprio banco. O vereador Carlos Henrique concordou com o contador Raniere, classificando a fraude como bem arquitetada e possivelmente orquestrada por pessoas altamente capacitadas, talvez até de fora do país. Ressaltou que a sua preocupação era sobre as medidas práticas tomadas para garantir a segurança e evitar futuros ataques, uma vez que a prefeitura estava "à mercê" dos *hackers*.



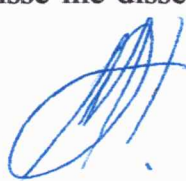
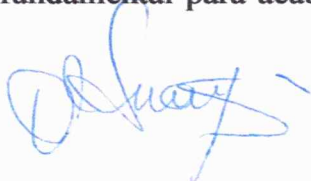
Reiterou que os bancos impõem limites rigorosos para transações, inclusive para Pix e saques de pessoas físicas e jurídicas, e questionou como pagamentos no valor de R\$ 193.000 (cento e noventa e três mil reais) foram realizados em abril. O Contador Raniere Leite Dóia interveio para corrigir o termo, esclarecendo que os valores não foram saques diretos, mas sim pagamento de boletos. Reforçou que esse é o aspecto mais "intrigante" da fraude, pois o pagamento de um boleto de R\$ 190.000 (cento e noventa mil reais) é quase impossível sem a autorização prévia e a reserva de fundos junto ao banco, especialmente para um órgão público. O vereador Carlos Henrique continuou seu questionamento, sugerindo que, se as transações fossem transferências comuns, seria mais fácil identificar os recebedores. Reforçou que o único objetivo da Câmara é prestar esclarecimentos à população sobre o ocorrido e saber quais são as providências de segurança que estão sendo tomadas. O presidente Francisco Lindeildo interveio para encerrar a participação do contador, agradecendo ao Dr. Raniere pelos esclarecimentos. Justificou a ordem das falas, explicando que o contador era a pessoa ideal para iniciar, pois é quem lida com toda a documentação e prestação de contas junto ao Tribunal. Em seguida, o vereador Carlos Henrique solicitou mais uma vez a palavra para perguntar se o processo, que contém todas as denúncias e o boletim de ocorrência, é público e pode ser acessado no Tribunal de Contas. O presidente Francisco Lindeildo respondeu à pergunta do vereador Carlos Henrique sobre a publicidade do processo. Confirmou que o boletim de ocorrência e o processo (que Carlos Henrique mencionou ter sessenta e quatro páginas) dão ciência dos fatos e que o processo está instaurado. Prosseguindo, convidou a assessora jurídica, Dra. Pollyanna, para dar esclarecimentos sobre os aspectos legais do crime de fraude. A Assessora Jurídica Pollyanna saudou a todos e, em particular, a plateia na pessoa de Palmeira, sua antiga professora do Colégio Cristo Rei no ano de 1992 (mil novecentos e noventa e dois). A assessora fez questão de externar sua gratidão, mencionando a grande contribuição de Palmeira em sua formação, desde a quinta série até o oitavo ano, ao ensinar sobre "meridiano de Greenwich" e "as áreas da Paraíba", o que a honra profundamente em sua atuação profissional. Em seguida, complementou a fala do contador, confirmando que, ao detectar os pagamentos fraudulentos – despesas que não puderam ser empenhadas e que foram retiradas das contas públicas de forma fraudulenta – a gestão agiu imediatamente, procurando a delegacia, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas. Detalhou as medidas preventivas adotadas após a primeira ocorrência: a troca imediata do computador, o cancelamento de todas as chaves J de segurança e a instalação de uma internet exclusiva para a tesouraria. Apesar dessas ações, a fraude se repetiu. O Banco do Brasil foi contatado e informou que levaria cerca de 20 (vinte) dias úteis para a devolução do dinheiro, o que de fato aconteceu, com o estorno integral dos valores em ambas as ocorrências. Frisou que a investigação está devidamente documentada, com Boletins de Ocorrência registrados em 27 (vinte e sete) de fevereiro e 7 (sete) de abril, e

que todos os documentos foram encaminhados ao Tribunal de Contas. Citou o Ministério Público Federal (MPF), que declinou a competência por não se tratar de recursos federais, mas reconheceu que o tesoureiro Breno contatou o banco e registrou o B.O. Na esfera civil, a prefeitura está entrando com uma ação de indenização contra o Banco do Brasil por falha no sistema de segurança, lembrando que a lei exige autorização para pagamentos acima de R\$ 20.000 (vinte mil reais), o que não ocorreu. Logo após, condenou a irresponsabilidade de veículos de mídia que noticiaram que a prefeitura não havia tomado providências ou que o dinheiro havia sido desviado. Afirmou que a gestão está tomando medidas legais contra o crime de calúnia para defender a honra do tesoureiro Breno, cujo caráter e zelo são reconhecidos por ela e pelo contador. Concluiu colocando-se à disposição para qualquer esclarecimento adicional. O vereador Carlos Henrique solicitou um esclarecimento final sobre a segunda fraude, perguntando se o Banco do Brasil já havia devolvido o dinheiro, visto que essa informação ainda não constava no relatório que havia acessado. A Assessora Jurídica Pollyanna confirmou que o valor foi estornado, indicando a documentação que comprova a devolução. Onde contava no documento as seguintes datas: Data da Contestação: 7 de abril (a mesma data do segundo Boletim de Ocorrência); Data da Devolução: 9 de julho. O documento confirmava que a apuração foi concluída e o processo julgado como procedente. Isso significa que o valor devido foi creditado em sua conta de depósito. O vereador Carlos Henrique fez uma declaração onde afirmou que pedir esclarecimentos não é um crime, mas sim sua função como vereador e que continuará fiscalizando. Reiterou que nunca acusou o tesoureiro ou qualquer outra pessoa. A Assessora Jurídica Pollyanna, por sua vez, interveio para esclarecer que não havia dito que o vereador cometeu um crime. O vereador Carlos Henrique esclareceu que sua declaração anterior era apenas sobre a sua posição na função. A Assessora Jurídica Pollyanna reforçou que considerava legítimo o pedido de esclarecimento feito pelo vereador. Reiterou, no entanto, que a prefeitura tomou todas as providências cabíveis e que a competência final para resolver a questão criminal da fraude pertence ao Poder Judiciário, não ao Executivo ou ao Legislativo. O vereador Carlos Henrique afirmou que sempre exerceu a função de fiscalização em seus mandatos anteriores, investigando casos conforme a obrigação do vereador, inclusive usando sua experiência em contabilidade. A Assessora Jurídica Pollyanna concluiu a discussão enfatizando que não houve omissão por parte do município. Explicou que a fraude foi registrada no balancete como despesa "não reconhecida" porque a prefeitura não pôde empenhar nem provar a saída do dinheiro, reforçando que todo o movimento de contas públicas é demonstrado no balancete. Garantiu que o objetivo da gestão nunca foi se esconder, mas sim contribuir com as investigações, uma vez que o dinheiro foi integralmente devolvido pelo Banco do Brasil, conforme prometido. Por fim, agradeceu a oportunidade de prestar o esclarecimento e encerrou sua participação. O Presidente Francisco Lindeildo agradeceu à assessora jurídica pelos esclarecimentos. Em seguida, convidou o

Secretário de Tesouraria, Breno Rubens, para prestar esclarecimentos. O Tesoureiro do Poder Executivo, Breno Rubens, saudou a todos e iniciou suas colocações afirmando que ocupar a função pública é motivo de honra e que compareceu à Casa com a cabeça erguida, dirigindo-se aos vereadores e a todos os cidadãos, a quem o dinheiro público pertence. Logo após, reafirmou a responsabilidade de sua função e defendeu sua integridade, citando que sua família é conhecida em Várzea e que ele jamais teve o nome associado a má gestão. Condenou as insinuações maldosas contra seu nome, declarando que a "mentira só se cria enquanto a verdade não chega", e assegurou que sempre trabalhou sob os princípios da legalidade, transparência, ética e honestidade. Fez questão de citar seu avô, Milton Dantas, e seu pai, José Rubens, que foi vereador e jamais atacou a honra de ninguém, um valor que considera inegociável. Para comprovar a solidez da gestão financeira, listou resultados de janeiro a setembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco): o salário do servidor é pago de forma antecipada até o final do mês, e o percentual de 50% (cinquenta por cento) do 13º (décimo terceiro) salário foi pago de forma antecipada para o João Pedro, o que o próprio classificou como um fato histórico. Destacou que o dinheiro tem sido usado para promover momentos sociais e realizar obras com recurso próprio, como a reforma do CAE, a construção da sala de ensino integral e a compra de veículos, além de dar aporte financeiro para eventos de igrejas evangélicas e católicas. Um exemplo de zelo com as finanças foi a migração das transferências de Bolsa Aluguel para o Pix, eliminando uma tarifa bancária de R\$ 13,80 (treze reais e oitenta centavos) por operação, o que gerou uma economia de R\$ 1.098,72 (um mil e noventa e oito reais e setenta e dois centavos) em um único mês. Justificou essa preocupação, afirmando que o dinheiro "pertence ao povo". Concluiu reafirmando que os fatos criados maldosamente contra seu nome são inverídicos e que aqueles que agiram nessa direção responderão com as medidas legais cabíveis. Reiterou que o espaço da Câmara é para debater o interesse público, colocando-se sempre à disposição. O vereador Carlos Henrique solicitou a palavra ao presidente para ler a matéria publicada que deu origem à sua solicitação, reforçando seu ponto de vista. O vereador leu o seguinte texto: "Vereador Carlos Henrique cobra esclarecimento sobre movimentação suspeita nas contas do município de Várzea. O vereador Carlos Henrique do município de Várzea tem solicitado ao presidente da Câmara Municipal a convocação de um representante do executivo, no caso tesoureiro municipal, para prestar esclarecimento sobre movimentação bancária suspeita, que apenas em 2025 (dois mil e vinte e cinco) resultou na subtração de mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) das contas do município. Segundo informações, as transações foram atribuídas a uma possível ação de *hackers*. Para o parlamentar, por se tratar de recurso público, o episódio precisa ser amplamente esclarecido à população que já cobra informações mais detalhadas sobre o caso. Na última sessão legislativa, o presidente da Casa José Peregrino de Araújo, vereador Francisco Lindeildo, respondeu ao pedido do vereador Carlos Henrique, informando que já solicitou a presença do tesoureiro

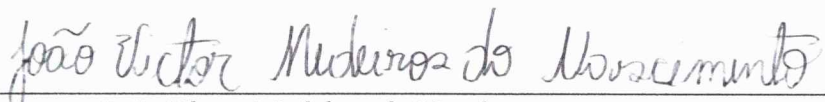
na Câmara, que o mesmo se prontificou a comparecer na tribuna em breve para prestar devido esclarecimento.”. Após a leitura, reafirmou que a matéria reflete apenas sua função de vereador de solicitar esclarecimentos e que não há crime nisso. Declarou que em nenhum momento acusou o tesoureiro ou qualquer outra pessoa, mas que apenas atribuiu o fato à questão do saque, que era o que estava sendo amplamente comentado na cidade. O Presidente Francisco Lindeildo se dirigiu ao vereador Carlos Henrique, observando que quem usa as redes sociais "sempre tem esclarecimentos a dizer". Rebateu a afirmação de Carlos Henrique de que ficou sabendo dos fatos por "comentários" na rua, dizendo que caberia ao vereador detalhar as fontes desses comentários. O vereador Carlos Henrique manteve sua posição, afirmando que "a rua toda comentou sobre isso" e que seria difícil alguém não ter escutado sobre o caso. O Presidente, então, visando encerrar o debate e garantir a transparência, forneceu os números dos processos e representações para que a população possa acompanhar o caso: Processo: 0800.363-93.2025.8.15.0321; Representação: 0800 1068-91.2025.8.15.0321. Concluiu o debate afirmando que os fatos foram esclarecidos e que a gestão, incluindo o tesoureiro, o contador e o prefeito, está acobertado perante a lei por ter tomado todas as providências. O Presidente deu continuidade aos trabalhos, perguntando se mais alguém do plenário gostaria de se pronunciar. O ex-vereador Júnior Medeiros saudou a todos e de início ressaltou que em sua posição de presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, entregou um convite para a Jornada Produtiva Rural, que acontecerá no dia 10 (dez) de outubro na comunidade Riacho da Cozinha. Explicou que o evento faz parte das comemorações do aniversário de 99 (noventa e nove) anos de fundação de Várzea, sendo uma forma de incluir a zona rural na celebração. Destacou a parceria para a realização do evento com a Secretaria de Agricultura (Caetano Marinho) e a Empaer de Patos (Chico Acácio). Citando Graciliano Ramos, mencionou a dificuldade enfrentada pelos agricultores devido à extrema seca e pediu que os vereadores participassem e divulgassem o evento. Ainda informou que, através do ISA (Instituto do Semiárido), foi garantida a doação de 10.000 (dez mil) raquetes de palma forrageira aos agricultores no dia do evento, como medida para enfrentar a seca. Aproveitou o espaço para se solidarizar com o tesoureiro Breno, endossando todas as suas palavras. Afirmou que a gestão não veio para brincar, mas sim para servir ao povo de Várzea. Concluiu que os fatos e atos da gestão já demonstram esse compromisso e que o trabalho é feito em conjunto, buscando parcerias para que a população ganhe. A vereadora Márcia solicitou um esclarecimento sobre a logística da doação, perguntando como seria feita a distribuição das 10.000 (dez mil) raquetes de palma para orientar os produtores. O ex-vereador Júnior Medeiros respondeu à vereadora Márcia com um detalhamento sobre a organização da Jornada Produtiva Rural e a distribuição da palma forrageira. Informou que o prefeito já disponibilizou um veículo para transportar as 10.000 (dez mil) raquetes de palma, doadas pelo ISA (Instituto do Semiárido). Em seguida, descreveu a programação do evento, que incluirá

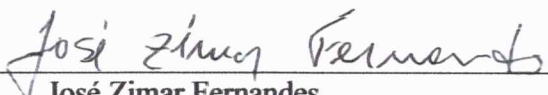
uma palestra sobre sanidade animal com professores da UFCG, demonstrações sobre fabricação de mineralização animal em parceria com a Fazenda Pendência (Empaer), e a doação de plantas frutíferas e nativas. Ressaltou a importância de trazer a CONAB ao município para incentivar o cadastro de agricultores, o que ajudará a baixar os custos de produção (citando a diferença de preço do milho), fundamental para fortalecer a agricultura. Respondendo diretamente sobre a logística, explicou que a distribuição da palma será feita com um pré-cadastro realizado pela Associação do Leite de Várzea, pois estes são os produtores que mais necessitam do forragem. A condição para receber as raquetes é a participação obrigatória do produtor no evento; não será permitida a retirada por terceiros. Por fim, fez um apelo veemente para que os vereadores e secretários ajudem a combater as *fake news* de um site de Santa Luzia que, segundo sua opinião, tem "aterrorizado" o município. Em seguida, usou como exemplo uma matéria mentirosa que atribuiu a conquista do Polo de Distribuição de Ração a São José do Sabugi, quando, na verdade, o Polo foi fruto de um requerimento aprovado pela Câmara Municipal de Várzea, solicitando o recurso ao governo do Estado. Finalizou solicitando que Várzea não perca o crédito por essa importante conquista. A vereadora Márcia solicitou um esclarecimento sobre a divulgação, perguntando se o evento estava sendo promovido ativamente através das associações comunitárias para garantir a participação de todos. O ex-vereador Júnior Medeiros respondeu, detalhando o planejamento e o amplo envolvimento intersetorial para a Jornada Produtiva Rural, onde confirmou que a divulgação está sendo feita, mencionando uma reunião com o Conselho da Agricultura e a disponibilidade de veículos para os presidentes de associação. O evento foi incluído no calendário de atividades do aniversário de 99 (noventa e nove) anos de Várzea. Em seguida, destacou o envolvimento de outras secretarias para tornar o evento abrangente: Secretaria de Educação: Levará turmas da escola para que os alunos entendam "a lida do campo"; Secretaria de Saúde: Levará a equipe para oferecer serviços como teste de glicemia e aferição de pressão; Ação Social: Planeja-se atividades como corte de cabelo, visando valorizar o agricultor como cidadão. Logo após, explicou o objetivo da doação de palma, que não é apenas para alimentar os animais, mas para que os produtores façam o replante, fortalecendo-os para enfrentar a estiagem nos anos futuros. Para finalizar o evento, prometeu fazer um queijo de manteiga para ser compartilhado por todos, incluindo a Dra. Pollyanna. Encerrou suas colocações fazendo um apelo à união, pedindo que todos "desarmem esses espíritos armados". Enfatizou que o município só cresce se estiver unido e que a divisão não permite o avanço diante dos grandes desafios da gestão. Por fim, convidou todos a comparecerem no dia 10 (dez) de outubro, na comunidade Riacho da Cozinha, e agradeceu a oportunidade. O vereador João Martins saudou a todos e iniciou sua fala agradecendo a presença do tesoureiro Breno e do Contador pelos esclarecimentos prestados, assim como as palavras "brilhantes" da Dra. Pollyanna. Considerou a exposição fundamental para acabar com o "disse me disse" e as conversas irrelevantes.



Preocupação e Pedido de Aumento Salarial. Em seguida, ressaltou a grande preocupação gerada pelos valores desviados, citando que o segundo valor da fraude, de quase R\$ 600.000 (seiscentos mil reais), equivale aproximadamente à folha de pagamento de um mês dos servidores do município. Na sequência, reiterou um pedido que tem recebido de servidores: o aumento salarial. Clamou novamente ao gestor que envie à Câmara o projeto de lei para a concessão desses aumentos, que, segundo informações de alguns servidores, teriam sido prometidos para o mês de setembro. Defendeu que a melhoria salarial é de interesse tanto da gestão quanto dos vereadores. Logo após, como membro da comissão organizadora, convidou a todos para a festa do padroeiro São Francisco, que começará na próxima quarta-feira. Seguidamente, apresentou a seguinte programação: Abertura: Será realizada uma carreata com concentração no Parque do Juazeiro a partir das 18h30 (dezoito horas e trinta minutos); Programação: Após a carreata, haverá missa, com celebrações diárias; Encerramento: Informou que o padre decidiu estender a festa até domingo, dia 5 (cinco), quando será realizado o leilão festivo (organizado pelo vereador Josimar); Apoio: Enfatizou a importância de doações de animais ou outros itens para o leilão, pois a paróquia depende dessa arrecadação para sua manutenção. Solicitou a todos que divulguem a festa, que é a mais importante da comunidade. O Presidente Francisco Lindeildo agradeceu a Deus e fez questão de deixar registrado o sucesso da última novena realizada no sítio de Senhor Dival. Destacou que o evento foi muito bem recebido pelo povo, agradecendo a presença dos vereadores Márcia, Vagner e José Zimar. Classificou a novena como "atípica, bem popular" e mencionou que o leilão realizado foi um dos maiores que já viu na história da festa de São Francisco. Assim, terminada a ordem do dia e não havendo mais nada a deliberar, em nome de Deus, do Padroeiro São Francisco e do Povo de Várzea, declarou encerrada a 10ª (Décima) Sessão Ordinária. Sendo lavrada esta Ata que depois de lida e achada de conforme, vai ser devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente Francisco Lindeildo de Araújo, pelo Primeiro Secretário o Sr. Vereador João Victor Medeiros do Nascimento e pelo Segundo Secretário Sr. Vereador José Zimar de Fernandes. Casa José Peregrino de Araújo, Plenário João Martins de Medeiros, em 22 (vinte e dois) de Setembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

Presidente 
Francisco Lindeildo de Araújo

1º Secretário 
João Victor Medeiros do Nascimento

2º Secretário Em Exercício 
José Zimar Fernandes